



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA E EXTENSÃO RURAL

Eixo Temático: Recursos naturais, meio-ambiente e desenrolo rural.

Plano de Compensação Ambiental nos Assentamentos do Município de Capão do Cipó – RS

Cícero João Mallmann Genro¹
Paulo Righes dos Santos²
Paulo Roberto Cardoso da Silveira³
Anderson Valau⁴
Jessica Taborda⁵

Este trabalho aborda o plano de compensação ambiental (PCA), o qual tem por finalidade recuperar áreas degradadas nos assentamentos do município de Capão do Cipó/RS/Brasil. O mesmo teve início devido a uma exigência da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roesler (FEPAM), diante da solicitação de licenciamento ambiental de um moinho colonial em um dos quatro assentamentos existentes no município. A recuperação de agro-ecossistemas degradado exige a recomposição da cobertura vegetal em áreas em estado de erosão por processos agrícolas, proteção das nascentes, devido a seu papel na preservação da potabilidade dos recursos hídricos, além da recomposição das matas ciliares. Estas foram definidas como atividades prioritárias, sendo importantes as mudanças das práticas agrícolas, as quais exigem um processo constante de interação Universidade-comunidade. Como método de trabalho, adotou-se a construção de forma participativa, onde agricultores assentados, profissionais de extensão rural e poder público municipal constituíram um grupo gestor do PCA. Neste grupo, definiu-se que o processo deve contemplar as dimensões econômicas e sociais, além da ambiental. Assim, definiu-se pela instalação de um viveiro que produzisse mudas para recomposição florestal e gerasse renda às famílias; decidiu-se pela instalação de unidades experimentais sobre sistemas agro-silvi-pastoris, já que esta alternativa visa um manejo mais

¹ - Eng. Florestal e acadêmico do curso de especialização em educação do campo e agricultura familiar camponesa e bolsista de pós graduação do programa SOMAR.
cicerogenro@gmail.com

² Eng. Agrícola, associado ao Programa de Pesquisa Rede de Agroecologia Terra Sul, UFSM-CNPq; pfrighes@hotmail.com

³ Dr. em Ciências Humanas, atualmente Prof. Assistente do Depto. D e Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS, Brasil, prcs1064@yahoo.com.br

⁴ Acadêmico do curso de Agrônômica da UFSM. anderson.valau@yahoo.com.br

⁵ Acadêmica do curso de Zootecnia da UFSM; jeh_taborda@hotmail.com

adequado aos ecossistemas locais e dialoga com a principal atividade econômica, a produção de leite; também, decidiu-se pela implantação de quintais de frutas nativas adaptadas á região; todas estas atividades ocorrem simultaneamente com as ações de recuperação das áreas degradadas. O PCA tem envolvido amplos setores da UFSM e outras instituições parceiras, caracterizando-se por um processo de natureza interdisciplinar e onde se promove a interação entre o conhecimento científico e o popular em um processo educativo de construção sócio-ambiental.

1. Introdução

O conjunto social da mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense, pertencendo à microrregião Santiago (IBGE, 2006), conhecida como as missões, é marcado pela presença de assentamentos rurais. O município de Capão do Cipó abriga em seu território quatro assentamentos, beneficiando cerca de 197 famílias de agricultores. Também existem assentamentos nos municípios vizinhos de São Miguel das Missões e Bossoroca e municípios próximos como São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Borja, Caibaté, Santo Antônio das Missões, Jarí, Júlio de Castilhos, Giruá, Tupanciretã, Jóia, Boa Vista do IN CRA, Cruz Alta, Manoel Viana, Salto do Jacuí e Santa Bárbara do Sul, conformando na região um conjunto de Projetos de Assentamentos.

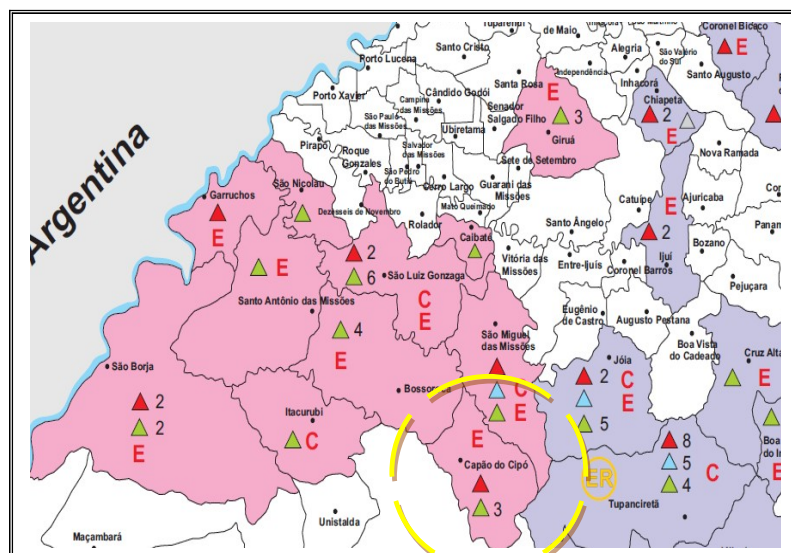


Figura 1: Assentamentos federais e estaduais no município de Capão do Cipó e o seu entorno.

Fonte INCRA, 2009

Os problemas ambientais em assentamentos de reforma agrária são os mesmos que em qualquer outra forma de ocupação no campo, uma vez que se *“adota os mesmos elementos universais norteadores do pacote de modernização conservadora”* (Carmo, 2005p. 229).

Diante de um cenário marcado pela precariedade, geram-se condições pouco favoráveis à sustentabilidade ambiental deste modelo de reforma agrária adotado pelo poder público, emergindo algumas alternativas voltadas para a viabilização dos assentamentos rurais. Opções estas, idealizadas com o intuito de compatibilizar a recuperação de áreas degradadas com o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas em regiões que apresentam estágio de degradação ambiental avançado.

Dentro desse contexto, acredita-se que políticas de restauração ambiental, que partam da premissa da sustentabilidade, e que estejam inseridas no contexto social da região, se bem conduzidas, podem produzir bons resultados.

Nesta conjuntura, as áreas de preservação ambiental, em que pese argumentos científicos fortes sobre a necessidade de sua conservação, afetam diretamente os interesses dos agricultores, em especial a reprodução social dos agricultores familiares (Zanoni, *et al*, 2000). Assim, trabalhos como o de Brandeburg, *et al*, 2004, tem demonstrado como a proteção ambiental, tal como tem sido realizada em muitos espaços brasileiros, pode se contrapor a um desenvolvimento rural – ou mesmo territorial – que contemple as necessidades das populações locais, gerando conflitos de uso dos recursos e de significados sobre o que é a preservação da natureza, abrindo caminho para um ambiente rural gerido por mecanismos de fiscalização e repressão.

Diante de todas as dimensões conflitantes ambientais presentes no meio rural, ainda sim, ao longo da história do Brasil tem se observado a dificuldade de intervenções, seja formal e não-formal no *campo*. Essas têm sido executadas no Brasil em nível formal através políticas públicas, ou em nível informal através de projetos de instituições e órgãos como Universidades, INCRA, EMBRAPA, etc. Assim, a política de reforma agrária no Brasil tem sido realizada à custa de um passivo ambiental significativo. Passivo esse resultante tanto pela seleção de terra degradada como pela escolha de áreas onde o desmatamento é necessário para a implantação dos sistemas produtivos (SPAROVEK, 2003).

Assim, na região em foco é grave o processo de degradação ambiental, os quais podem ser definidos como sendo “modificações impostas pela sociedade aos ecossistemas naturais, alterando (degradando) as suas características físicas, químicas e biológicas, comprometendo, assim, a qualidade de vida dos seres humanos”. Neste contexto, surge este projeto de extensão.

2. O Contexto

No ano de 2009, forma-se a equipe SOMAR¹, composta por profissionais contratados especificamente para a atuação junto aos empreendimentos financiados pelo Programa Terra Sol

- INCRA nos assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul, bolsistas de graduação e pós-graduação da UFSM². Este grupo de formação interdisciplinar constituiu-se em assessoria ao INCRA, via convênio com a UFSM, no denominado Programa SOMAR.

Dentre os empreendimentos voltados ao processamento de matérias-primas de origem vegetal e animal, assessorados pelo Programa SOMAR, está um moinho colonial em implantação no município de Capão do Cipó, assentamento Santa Rita. Para viabilização da licença ambiental de instalação foi exigida pela FEPAM-RS, um plano de compensação ambiental para todo assentamento, devido a presença de um passivo ambiental identificado em diagnósticos anteriores realizados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.

Deste modo, a equipe SOMAR decidiu propor a elaboração de um Plano de Compensação Ambiental que abrangesse os quatro assentamentos existentes no município, já que seus problemas de natureza ambiental são semelhantes e a perspectiva sistêmica de gestão do espaço rural implica em interações agro-ecossistêmicas que ultrapassam os limites de cada assentamento.

Para elaboração do plano, formou-se um grupo de trabalho envolvendo dois representantes de cada assentamento, dois representantes da COOPERCIPÓ, gestora do moinho, dois representantes do poder público municipal e dois representantes do Programa SOMAR. A equipe SOMAR partiu do referido diagnóstico realizado pela UFRGS, de entrevistas com informantes-chaves (agricultores mais idosos que acompanharam o processo de implantação dos assentamentos e lideranças de cada assentamento), além de levantamento a campo das áreas degradadas. Definiu-se no GT a priorização da reposição florestal das nascentes, voçorocas e matas ciliares dos arroios existentes na área dos assentamentos.

A concepção do plano baseou-se na idéia de que as ações de preservação ambiental devem também contemplar as dimensões econômica (geração de renda para as famílias assentadas) e a dimensão social (envolvimento das famílias no processo de organização e ação). Neste sentido, construiu-se a perspectiva de que a implantação de um viveiro, gerenciado pelos próprios assentados geraria as mudas de espécies nativas necessárias para a reposição florestal anual de 4.000 árvores (1.000/assentamento) e poderia, com investimento do poder público municipal, produzir um excedente para comercialização. No debate do GT surgiu a possibilidade de introdução da acácia-negra, espécie exótica, mas recuperadora de solo via fixação de nitrogênio, em sistemas silvipastoris, consorciando-a com pastagem e criação de gado de corte.

Partindo da constatação de que várias espécies de frutíferas silvestres são adaptadas ao micro-clima e solo da região, sendo já cultivadas por famílias assentadas, decidiu-se que seriam formados quintais domésticos envolvendo estas espécies e espécies madeiráveis. Para dar

suporte ao processo foi efetivada parceria com a FEPAGRO – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária, ligada ao governo gaúcho, visando a capacitação para implantação e operação de viveiros florestais e para ações de pesquisa em sistemas silvipastoris. Em FORUM ambiental realizado em agosto de 2010, debate-se o plano de compensação ambiental e as formas de concretizá-lo no tocante a recursos necessários. Posteriormente, em 2011, realiza-se parceria com a EMBRAPA, visando a implantação de uma unidade de pesquisa com frutíferas nativas, denominado “quintal orgânico”, devido seu modelo de produção basear-se nos preceitos da agricultura orgânica.

Lembremos que a FEPAM-RS foi à responsável pela criação da exigência do plano de compensação ambiental, quando condicionou sua realização como fator obrigatório para conceder a licença ambiental de instalação do moinho colonial. Ao interpor esta exigência, a FEPAM-RS pressiona o INCRA-RS para que agilizasse o processo de licenciamento ambiental dos assentamentos aqui analisados, o que trará quando concluído, um conjunto de exigências em relação à recuperação do passivo ambiental existente e de adoção de práticas de manejo dos agroecossistemas com preocupação ambiental (incorporando, inclusive restrições a determinadas práticas hoje utilizadas). Sem delimitação das áreas de reserva legal e desrespeitando as condições legais de manejo das APPs (áreas de preservação permanente), estes assentamentos sofrerão uma série de intervenções patrocinadas pelo INCRA-RS, quando do licenciamento ambiental destes.

Na compreensão dos assentados, os problemas ambientais são sentidos como entraves em seus projetos de produção, seja pelos limites estabelecidos na legislação ambiental, seja pela influência direta em suas práticas de produção, condicionando-as à adoção de medidas de recuperação do solo, qualificação dos recursos hídricos, reposição florestal ou uso indiscriminado de agroquímicos. Se não fosse a necessidade imposta pela FEPAM-RS, certamente que a problemática ambiental não seria vista como prioritária pelas lideranças dos assentados, pela COPERCIPÓ ou pelos profissionais de ATES. Isto fica patente na observação de que pouco esforço tem sido realizado no sentido de recuperação ambiental do espaço social dos assentamentos em análise.

Uma questão de fundo que perpassa o contexto dos assentamentos de reforma agrária, a qual será examinada a seguir, diz respeito ao fato incontestado de que o INCRA ao adquirir áreas para assentar famílias, adquire também um passivo ambiental já existente e assume a responsabilidade por ele. Por isto, os esforços do INCRA em remeter às famílias assentadas esta responsabilidade são contestados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e pelas lideranças dos assentamentos. Esta contestação transparece nos diálogos estabelecidos pela

equipe SOMAR na elaboração do plano de compensação ambiental em foco, buscando-se no modelo de produção adotada nestes mais de vinte anos de ocupação deste espaço social, a causa maior dos problemas identificados.

3. Metodologia Utilizada

Para se atingir o objetivo proposto utilizou-se os seguintes procedimentos metodológicos:

Inicialmente, tratamos de realizar levantamentos e revisões bibliográficas relativas à diferenciação da questão ambiental nos assentamentos da reforma agrária, utilizando-se do Relatório Ambiental do Instituto Nacional de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul, Plano de Ação Ambiental do INCRA. Em mãos desse material, foi realizada a delimitação geográfica, através de mapas, do assentamento Santa Rita (foco da preocupação da FEPAM-RS) e dos demais assentamentos localizado em Capão do Cipó- RS.

Para planejamento e execução das ações da equipe SOMAR, buscou-se estimular a participação dos envolvidos em reuniões, capacitações, visitas técnicas, iniciativas voltadas a capacitação do público-alvo. Assim, institui-se um grupo gestor, o qual coordena as tomadas de decisão sobre a conformação do Plano de Compensação Ambiental. Coube a equipe SOMAR realizar a seleção dos lotes a serem contemplados com ações de pesquisa em sistemas silvipastoris e em frutíferas nativas, a partir das condições de solo, declividade e drenagem existentes. Em parceria com a prefeitura municipal e a FEPAGRO-RS, conseguiu-se viabilizar os insumos necessários para implantação das unidades de pesquisa.

4. O panorama e o desenvolvimento em assentamentos rurais

Infelizmente, a literatura relacionada ao manejo dos recursos naturais é rica em análises sobre comunidades consideradas tradicionais, porem ainda não incorpora de forma significativa as comunidades não consideradas tradicionais, como os assentados da reforma agrária (Beduschi Filho, 2003).

Um desenvolvimento baseado na reforma agrária e na agricultura familiar deve criar as condições para a estabilidade e capacidade de reprodução ecológica dos agro-ecossistemas, pois os sistemas de produção com base na agroecologia são mais diversos e possibilitam atividades agrícolas mais adaptadas às características naturais dos ecossistemas e a utilização mais racional dos recursos. Estes sistemas viabilizam a sustentabilidade no meio rural e são capazes de maximizar o uso e reciclagem de insumos internos, em um caráter policriador, diverso e humano.

A combinação dos princípios e leis dos ecossistemas com o conhecimento científico e o saber das populações rurais garante a produção agrícola voltada para a preservação ambiental e melhoria das condições de vida destas populações (Sauer, 1998).

Spavorek (2003) recomenda a inclusão de critérios qualitativos na definição de metas e desempenho para a melhoria da qualidade dos assentamentos, de forma que os passivos existentes fiquem mais evidentes. Consideram essencial o aumento de recursos para melhorias ambientais, como, por exemplo, para recuperação de Áreas de Proteção Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs), que se configuram como importantes seqüestradoras de carbono. O que se tem observado, no entanto, é a degradação das APPs e RLs, que acabam tendo seus recursos naturais exauridos (principalmente madeira) por falta de outras opções imediatas de obtenção de renda.

O mesmo autor reflete que o planejamento da exploração ambientalmente correta das áreas de assentamentos, a priorização de créditos para extrativismo, sistemas agroflorestais e exploração florestal com plano de manejo, a articulação da ação fundiária com a dos órgãos responsáveis pelos programas ambientais e o apoio à produção cooperativa são imprescindíveis para a melhoria da qualidade dos assentamentos (Spavorek 2003).

Nos assentamentos aqui enfocados, na nova condição de assentado, iniciou-se a prática de uma agricultura de inserção no mercado, tornando-se então responsáveis pela dinâmica, de compra, do trabalho, da comercialização, da administração, ou seja, pela gestão de seu lote, o que levou a maioria ao endividamento.

No momento atual, os assentamentos estão em fase de readequação tanto no aspecto de produção, sendo que já existem duas cooperativas entre os quatro assentamentos, a Coopercipó, que administra um moinho colonial e a rota do leite e uma prestes a ser configurada, que pretende desenvolver as questões de recuperação ambiental nos assentamentos e no município.

5. Os impactos ambientais no âmbito dos assentamentos de Capão do Cipó.

Nas últimas décadas, o município tem sofrido intensa degradação, devido principalmente à expansão agropecuária, com extensas áreas com a monocultura (principalmente soja), e com o desmatamento para a produção de carvão ([Relatório Ambiental INCRA, 2009](#)). O modelo agrícola predominante, oriundo da chamada “Revolução Verde”, demanda insumos químicos, variedades de alto rendimento e mecanização do trabalho, gerando conseqüências como a poluição dos solos e das águas, a redução da biodiversidade e a redução dos postos de trabalho no campo (Alho & Martins 1995).

Gerd Spavorek (2003) chama atenção para a necessidade de preservação das Áreas de Proteção Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs). Quanto a isso, é importante notar que estes Espaços Territoriais Especialmente Protegidos – ETEPs (definidos pelo código florestal) enfrentam grandes dificuldades em conviver com os latifúndios ditos “produtivos”, cuja produção, baseada exclusivamente na lógica de mercado, não possui o autocontrole necessário para impedir que avance sobre margens de rios e outros corpos d’água, quanto menos sobre áreas que podem chegar a grandes dimensões, como as RLs de grandes fazendas.

A modernização da agricultura trouxe a degradação e o esgotamento dos recursos naturais, a concentração fundiária e de renda, a exclusão e violência no meio rural. Alguns mitos da sociedade moderna contribuíram para esta situação: o da natureza infinita; o da superioridade da ciência e da tecnologia e suas correspondentes práticas sociais; e o da possibilidade de sucesso nos grandes centros urbanos. No entanto, evidências da crise do modelo de desenvolvimento já se fazem notar. Há consenso sobre as conseqüências sociais, ambientais e culturais desastrosas trazidas pela globalização da economia aliada à modernização da agricultura.

A matriz produtiva dos assentamentos é variada. A produção agrícola contempla o cultivo de grãos, principalmente soja, milho, feijão, além de mandioca, cana e melão. O sistema de cultivo do solo é o convencional, o qual promove o revolvimento do solo para a implantação das lavouras e o plantio direto, principalmente para o cultivo da soja. Associado à fragilidade natural do solo, devido ao baixo teor de argila e à declividade, o sistema de cultivo convencional pode levar à degradação do recurso solo pelo uso inadequado.

A apropriação desta fração do território cipoense pelos trabalhadores rurais sem terra foi resultado de luta, tendo proporcionado transformações significativas nas suas vidas, na dinâmica fundiária do município e na organização interna da organização da produção e do trabalho no antigo latifúndio (Fazenda Inhacapetum). Verifica-se que a Política de Reforma Agrária e, em especial, dos PA’s (Projetos de Assentamentos) não tem observado os passivos e ativos ambientais por ocasião da criação dos mesmos.

Os assentamentos não poderiam escapar a essa lógica imposta pelo órgão responsável pela política de assentamentos rurais, o INCRA. Suas parcelas oriundas da divisão da antiga fazenda/latifúndio são insustentáveis de várias formas, dentre elas: pela fertilidade e permanência do solo comprometido; pelos bens florestais escassos; pela produtividade de grãos, de carne e de leite reduzidas; pelo tamanho da parcela e imprevisibilidade do aumento das famílias. Este cenário não acontece de maneira aleatória. Parte dele é provocada pela não observância do condicionamento ecológico da região, realidade esta observada na implantação de inúmeros assentamentos em nível de país.

Partindo desse pressuposto, os assentamentos não ficaram isentos da ação humana imposta nesse meio, ao longo dos anos vem comprometendo o ritmo natural das adaptações vegetais auxiliando o impacto ambiental ocasionado pelo desmatamento, já que há cortes periódicos de lenha para uso doméstico das famílias assentadas.

Em vários locais do assentamento observam-se terras impróprias para uso com lavouras anuais sendo utilizadas para este fim. Associado a práticas de manejo inadequadas, como o cultivo convencional e o uso de queimadas, a implantação de lavouras em áreas impróprias contribui para a intensificação dos processos erosivos e o mais comum observado em nossas visitas é o superpastorío.

As Áreas de Preservação Permanente deveriam ser integralmente protegidas, excluindo-se qualquer uso no seu interior. No período anterior à implantação do PA Santa Rita cerca de 21,04 ha (44,64 % do total das APP) apresentavam impactos com algum tipo de uso antrópico (Agricultura/solo exposto e Pousio). Após a implantação do PA, o impacto com uso antrópico (Agricultura/solo exposto e Silvicultura) aumentou para cerca de 21,68 ha (46% do total das APP). Além disso, a APP que possui cobertura florestal apresenta impacto intenso causado pelo gado, com o sub-bosque muito aberto, formação de trilhas e erosão das margens de cursos de água. Há também o corte seletivo de árvores.

A análise do mapa de uso e ocupação do solo e as vistorias realizadas em campo evidenciaram a inexistência de áreas destinadas a Reserva Legal (ARL), que deveria ser de 20% da área de cada lote ou da área total do assentamento. O que foi comprovado pelo Relatório Ambiental do INCRA, 2009.

Os assentamentos apresentam parte de sua superfície ocupada por pastagem nativa sob regime de exploração pecuária. Em algumas vezes é utilizada sob condições de alta pressão de pastejo, causando redução da cobertura do solo e da diversidade de espécies do campo nativo, e em outras vezes substituída por pastagens cultivadas e lavouras.

6. O Plano de Recomposição Ambiental nos assentamentos de Capão do Cipó-RS

Nos últimos 15 anos, o acúmulo de conhecimento sobre os processos envolvidos na dinâmica de formações naturais (tanto preservadas, como em diferentes graus e tipos de degradação), tem conduzido a uma significativa mudança na orientação dos programas de recuperação, que deixaram de ser uma mera aplicação de práticas agronômicas ou silviculturais de plantios de espécie perenes, que buscavam apenas a re-introdução de espécies arbóreas numa dada área aonde elas haviam desaparecido, visando assumir a difícil tarefa de reconstruir as

complexas interações existentes numa comunidade, de maneira a permitir a sua auto-perpetuação local (Rodrigues & Gandolfi, 2004)

A recomposição de áreas degradadas deve ser fundamentada em três preocupações principais:

- Estabelecer as ações de recuperação, sempre atentando para o potencial de auto-recuperação ainda existente nas próprias áreas degradadas, ou que possam ser fornecidas pelos ecossistemas do entorno, aspectos definidos pelo histórico de degradação da área degradada e pelas características do seu entorno.
- Devem resultar na reconstrução de uma floresta com elevada diversidade, garantindo assim a perpetuação dessas iniciativas e, portanto, a restauração da diversidade regional.
- Todas as ações devem ser planejadas de forma a se constituir num programa ambiental da respectiva propriedade\ assentamento, incorporando o componente ambiental na estrutura de decisão desses assentamentos, inibindo assim que outras as ações de degradação venham a surgir (Rodrigues & Gandolfi, 2004).

O Plano de Compensação Ambiental, construído pelo grupo gestor, destinou-se a orientar e especificar as ações que deveriam ser planejadas, projetadas e realizadas pelos assentados, para restaurar o uso original, ou para permitir novos usos, em casos de áreas cujas características originais sofreram alterações. A utilização da recuperação florestal é uma medida que tem como objetivo a melhoria do meio biótico, compreendendo a manutenção das especificidades da flora e fauna locais, estabelecendo conexões entre habitat (Rodrigues & Gandolfi, 2004).

O grupo gestor do Plano de Composição Ambiental (PCA) estabeleceu coletivamente as seguintes atividades a serem construídas durante o processo:

- i. Capacitação em Gestão em Viveiros;
- ii. Cercamento de APP e plantio de espécies nativas;
- iii. Recomposição de nascentes d'água;
- iv. Construção de um Viveiro Florestal;
- v. Capacitação em Educação Ambiental;
- vi. Capacitação em Recuperação de áreas degradadas;
- vii. Implantação de Quintais orgânicos de frutas;
- viii. Criação de Bancos de sementes para uso e futura comercialização;

ix. Criação de equipes de plantio próprio e prestação de serviços.

Uma vez identificado a necessidade ou oportunidade e tendo decidido pelo estabelecimento da revegetação de parte da APP, o próximo passo foi iniciar o planejamento.

Como a realidade das famílias assentadas, é de escassez de recursos e aumento de demandas de trabalho, carecíamos de estabelecermos parcerias com maior número de atores. Realizaram-se reuniões preliminares com a(s) parceria(s), solicitando, então contribuições, ao mesmo tempo, identificamos como cada um participaria e se beneficiaria do projeto. Evitamos o envolvimento de número demasiado de parceiros, para que tivéssemos a agilidade e eficácia nas ações relativas ao projeto, parcerias essas que concentrou-se na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), Cooperpópó, Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (EPAGRO) de Santa Maria e, posteriormente, a EMBRAPA.

7- Considerações Parciais

O processo em curso, tem demonstrado que a Universidade ao trilhar espaços de aprendizagem junto a diferentes atores sociais, ao mesmo tempo, que é desafiada a buscar soluções para problemas complexos, desafia às populações-alvo de suas ações, a buscarem repensar suas práticas sociais. Neste caso, do PCA, aqui relatado, a ação da universidade desnudou problemática amplamente conhecida do passivo ambiental acumulado nos assentamentos de reforma agrária, a qual diante da lentidão do INCRA, tem ficado em suspenso.

Como consequência do processo em curso, tem-se construído alternativas de uso do espaço dos assentamentos, visando compatibilizar as dimensões econômicas, sociais e ambientais. Tal contribuição da Universidade é de extrema relevância, além de ser efetivada com a participação ativa dos atores sociais envolvidos, famílias, ATES e poderes públicos municipal, estadual e federal.

8- Referências Bibliográficas

ALHO, Cléber J. R.; MARTINS, Eduardo S.(Eds.). 1995. **De grão em grão, o Cerrado perde espaço - Impactos do processo de ocupação**. Brasília: Fundo Mundial para a Natureza (WWF).

BEDUSCHI FILHO, L.C. **Sociedade, Natureza e Reforma Agrária: Assentamentos Rurais e Unidades de Conservação na Região do Pontal do Paranapanema**. (Dissertação Mestrado),

Faculdade Administração e Economia – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

Brandenburg, A.; Ferreira, A. D. D. & Santos, L. J. C.. 2004. Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Editora UFPR. n. 10, p. 119-125.

CARMO, M. S. do. **Desenvolvimento Territorializado**: Assentamentos rurais e Agroecologia. In: FERRANTE E ALY JUNIOR (org.) **Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – Superintendência Regional de São Paulo, 2005.

Brandenburg, A.; Ferreira, A. D. D. & Santos, L. J. C.. 2004. Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Editora UFPR. n. 10, p. 119-125.

IBGE. 2006a. Divisão territorial em 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 29 de setembro de 2010. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento Santa Rita. Porto Alegre, janeiro de 2009.**

RODRIGUES, R.R. & GANDOLFI, S. 2004. Conceitos, tendências e ações para a recuperação de Florestas Ciliares. In Rodrigues, R.R. & Leitão Filho, H.F. *Matas Ciliares: Conservação e Recuperação*. EDUSP/FAPESP 3 ed., p.235-247.

SAUER, S. 1998. Reforma agrária e geração de empregos no meio rural. São Paulo: ABET.

SPAVOREK, Gerd. 2003. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras.

Zanoni, M.; Lana, P. C. & Raynut, C.. 2000. Pesquisa e formação na área do meio ambiente e desenvolvimento: novos quadros de pensamento, novas formas de avaliação. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. N. 1. p. 71-81.